

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

UASG 928446

OBJETO: Aquisição parcelada de gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel S-10 e ARLA 32 para abastecimento da frota oficial e do gerador de energia da Câmara Municipal de Pará de Minas.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 218.017,82 (duzentos e dezoito mil, dezessete reais e oitenta e dois centavos)

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:

09 / 07 / 2026 às 09 horas (horário de Brasília)

SÍTIO ELETRÔNICO:

<https://www.gov.br/compras/pt-br>



CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026
EDITAL 01

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.931.994/0001-77, sediada na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, nesta cidade de Pará de Minas/MG, por meio da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), da [Lei Municipal nº 5.142, de 07 de fevereiro de 2011](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), do [Ato da Mesa Diretora nº 01/2024](#) desta Casa e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Agente de Contratação / Pregoeiro(a): Priscila Campos Álvares

Equipe de Apoio: Fernanda Teixeira Almeida e Mariana Marques Altivo

Agente de Contratação / Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 44, de 05 de maio de 2026 e Portaria nº 45, de 05 de maio de 2026.

I – DO OBJETO

1.1. Aquisição parcelada de gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel S-10 e ARLA 32 para abastecimento da frota oficial e do gerador de energia da Câmara Municipal de Pará de Minas.

1.2. A presente licitação será realizada em **itens** independentes, conforme tabela constante no Termo de Referência (**Anexo I**), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Edital e as constantes no CATMAT e/ou CATSER, **prevalecerão as especificações deste Edital.**

II – DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF – e perante o sistema eletrônico de compras do Governo Federal, por meio do sítio eletrônico **<https://www.gov.br/compras/pt-br>**.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o **terceiro dia útil anterior** à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.5. A não observância do disposto neste item poderá ensejar **desclassificação** na licitação.

2.2. Poderá participar da presente licitação pessoa jurídica do ramo pertinente e compatível com o objeto licitado, apta ao fornecimento do objeto licitado e que atenda aos requisitos deste ato convocatório e aos da legislação específica.

2.2.1. Será concedido **tratamento favorecido** para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.2.2. A obtenção do benefício a que se refere este item fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.3. Da Inaplicabilidade da Licitação Exclusiva e da Cota Reservada para microempresas e empresas de pequeno porte:



2.2.3.1. Quanto ao item 1 (Gasolina Comum): Não se aplica a regra de participação exclusiva prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o valor estimado do item supera o limite estabelecido no referido dispositivo legal. Quanto à cota reservada prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, sua aplicação não se mostra adequada ao presente caso, tendo em vista a incidência da hipótese prevista no art. 49, inciso III, da mesma Lei Complementar, considerando que a divisão da contratação poderá comprometer a eficiência da execução contratual, a padronização do fornecimento, a uniformidade do abastecimento, o controle operacional e a logística necessária ao atendimento das demandas da Administração. A manutenção do item sem reserva de cota, portanto, mostra-se tecnicamente mais adequada, considerando a necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência do abastecimento da frota oficial, evitando eventuais dificuldades decorrentes da fragmentação do fornecimento e da gestão contratual.

2.2.3.2. Quanto aos itens 2, 3 e 4 (Etanol Hidratado Combustível, Óleo Diesel S-10 e ARLA 32): Embora os valores estimados dos itens 2, 3 e 4 sejam inferiores ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, não será aplicada a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da incidência das hipóteses previstas no art. 49, incisos II e III, da referida Lei Complementar. Conforme levantamento realizado na fase preparatória da contratação, especialmente por meio da pesquisa de mercado constante dos documentos que instruem o processo, incluindo o Documento de Formalização de Pesquisa de Preços (DFPP), verificou-se a necessidade de preservação da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa, considerando as características do mercado fornecedor local e as exigências necessárias ao atendimento do objeto. A pesquisa realizada demonstrou a existência de fornecedores aptos ao atendimento das condições da contratação, entretanto não identificou número mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados *localmente* e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, hipótese prevista no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, conforme justificativa consta no Documento de Formalização de Pesquisa de Preço de fls. 45. Adicionalmente, considerando as características específicas do objeto, que envolve o abastecimento contínuo da frota oficial e do gerador de energia da Câmara Municipal, com necessidade de disponibilidade imediata, localização compatível e estrutura operacional adequada, a aplicação da participação exclusiva poderia restringir indevidamente a competitividade e comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006. Dessa forma, considerando os elementos constantes da fase preparatória, justifica-se a não aplicação da participação exclusiva prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para os itens mencionados.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, **pessoas jurídicas** que, por qualquer motivo:

- a) não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- b) que tenham tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;
- c) mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
- d) estejam elencadas no demais incisos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.4. Em razão da natureza do objeto e da necessidade de assegurar a eficiência no abastecimento da frota oficial e do gerador de energia da Câmara Municipal, **a licitante vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, posto de abastecimento localizado no Município de Pará de Minas/MG**, apto a garantir o pronto atendimento das demandas da Administração, a disponibilidade imediata dos veículos oficiais e a redução de deslocamentos desnecessários, conforme **item 5.9** do Termo de Referência (**Anexo I**).

2.4.1. A comprovação da estrutura operacional prevista no item acima não caracteriza requisito de participação ou habilitação no certame, tratando-se de condição necessária para a formalização da contratação, que deverá ser apresentada pela licitante vencedora **previamente à assinatura do contrato**, mediante documentação idônea que demonstre a disponibilidade de posto de abastecimento localizado no Município de Pará de Minas/MG.

2.4.2. Para fins de referência territorial relacionada à execução contratual prevista no **subitem 2.4.1**, observar-se-á a delimitação territorial do Município de Pará de Minas/MG constante da Lei Complementar Municipal nº 4.658/2006 (Plano Diretor).

2.5. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.6. É **vedada** a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

2.6.1. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” na presente licitação, conforme justificativa constante no **item 4.5** do Termo de Referência (**Anexo I**).

2.7. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Agente de Contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

3.1. Os licitantes deverão cadastrar a proposta comercial **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta cadastrada no sistema **até a abertura da sessão pública**.

3.2. Deverá ser consignado, na forma expressa no sistema eletrônico, o **preço unitário e total** de cada item, observados o quantitativo e a unidade de medida do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (**Anexo I**).

3.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos valores, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, devendo arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

3.3. Para o adequado cadastramento da proposta, o licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações constantes deste Edital.

3.3.1. O campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” será destinado às informações complementares da proposta, observados as condições e os prazos constantes do Termo de Referência (**Anexo I**).

3.4. **Não** serão classificadas as propostas em desconformidade com este Edital.

3.5. Quando do cadastramento da proposta, o licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **declarações**:

- a)** está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, bem como manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- b)** a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c)** atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório, inexistindo fatos impeditivos para a sua habilitação na presente licitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d)** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição;
- e)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g)** cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.6. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/ 2021.

3.7. A licitante que deixar de prestar a declaração de enquadramento como ME/EPP não poderá usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, ainda que se enquadre como uma das beneficiárias.

3.8. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A falsidade da declaração sujeitará a licitante às sanções prevista na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de cadastramento da proposta pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.11.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão dar-se-á automaticamente no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá formalizar o apontamento de imediato e exclusivamente pelo e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **60 (sessenta) minutos**, a sessão pública será **suspensa** e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.parademinas.mg.leg.br/> na aba Portal da Transparência > Licitações > Em Andamento > Pregão.

4.6. O Pregoeiro poderá **suspender** a sessão pública do certame, justificando no “chat” os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a sua reabertura.

4.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “**aberto**”.

5.1.1. A etapa de envio de lances durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

5.1.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o **subitem 5.1.1**, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se trata de lances intermediários.

5.1.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem crescente de classificação.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita **exclusivamente** na fase de julgamento, *ressalvado* o disposto no **item 5.3**.

5.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá **desclassificar** a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1. a proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação do licitante;

5.3.2. a proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

5.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos, irrisórios ou nulos, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão, em vista do disposto no **item 5.3**.

VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar **lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignado de cada lance.

6.2. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

6.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeitos de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.4.1. O licitante poderá, *uma única vez*, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.5. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

6.5.1. A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.6. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **1% (um por cento)** em relação ao lance anteriormente registrado.

6.7. Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando couber, e, após, se for o caso, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.1. Caso se verifique uma situação de empate real que não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, antes da fase de julgamento, o sistema irá realizar o sorteio de forma automática, verificando, primeiramente, se há proponentes em situação de empate real, e realizando, entre eles, o sorteio automático.

6.8. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no item anterior.

VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 os licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do item anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada nesta condição, com valores até **5% (cinco por cento)** superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de **5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originariamente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.5. Será concedida PRIORIDADE na contratação a microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local nas situações em que as ofertas apresentadas por elas sejam até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido.

7.5.1. Considera-se *melhor preço válido* aquele que **atenda integralmente às exigências do edital e do Termo de Referência (Anexo I), inclusive quanto às especificações técnicas, condições de execução e critérios de aceitabilidade.**

7.5.2. A prioridade de contratação decorre de determinação legal, nos termos do art. 34-B da **Lei Municipal nº 5.142/2011**, e encontra-se devidamente motivada na fase preparatória do certame, como medida de fomento ao desenvolvimento econômico local, fortalecimento das micro e pequenas empresas e promoção da circulação de renda no Município, em consonância com o disposto no art. 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.5.3. Considera-se âmbito local aquelas empresas sediadas dentro do limite do perímetro urbano de Pará de Minas conforme Lei Complementar nº 4.658/06, delimitado em seu Plano Diretor Municipal.

7.5.4. A aplicação da prioridade prevista neste item ocorrerá após a definição do melhor preço válido, assim considerado aquele que, ao final da fase de julgamento da proposta, atenda integralmente às exigências do edital e do Termo de Referência.

7.5.4.1. Definido o melhor preço válido, será verificada a existência de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada em âmbito local cuja proposta seja igual ou até **10% (dez por cento)** superior àquele valor, hipótese em que poderá ser declarada vencedora, nos termos da legislação municipal aplicável.

7.5.5. A aplicação do benefício de que trata este item não se confunde com os critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, constituindo hipótese autônoma de prioridade de contratação

VIII – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerando o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital e em seus anexos.

IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. Quando a licitante mais bem classificada, mesmo após a negociação, for *desclassificada* em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo para a contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, respeitada a ordem de classificação.

9.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada por todas as licitantes, e registrada na ata da sessão pública que será anexada aos autos do processo licitatório.

X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o **Anexo II** do edital e devidamente adequada ao último lance, bem como os documentos complementares, se necessário, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o *e-mail* agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.2. O prazo para envio da proposta formatada e eventuais documentos complementares é de no máximo **2 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou de ofício, a critério deste, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o subitem anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.4. Em caso de não envio da proposta formatada no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será *desclassificada* e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.5. A proposta será **desclassificada** quando:

- a)** conter vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas, prazos e condições pormenorizadas no edital;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.5.1. A **CÂMARA** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na **alínea “d”** acima.

10.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação às especificações técnicas do objeto, bem como quanto à compatibilidade dos preços ofertado, que não poderão ser superiores aos valores estimados do(s) item(ns) constante no Termo de Referência (**Anexo I**).

10.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem **insanáveis**, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Será considerado indício de inexecuibilidade da proposta o valor ofertado para o item inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração para o respectivo item.

10.3.1. Verificados indícios de inexecuibilidade da proposta, o Pregoeiro deverá promover diligência destinada a oportunizar à licitante a demonstração da exequibilidade e da viabilidade econômica de sua oferta, mediante comprovação de que os custos envolvidos na execução contratual são compatíveis com os valores propostos.

XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 e 70 da Lei nº. 14.133/2021 são:

11.2. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1. Prova de constituição social, podendo ser, em caso de:



a) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade site www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal 5.764/1971;

f) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

11.2.1.1. O documento para habilitação jurídica deverá explicitar o objeto social da empresa licitante, o qual deverá ser *compatível* com o objeto desta licitação, o endereço de sua sede e os atuais responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar documentos em nome da empresa.

11.2.1.2. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.2. Autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em situação regular e vigente na data da apresentação da proposta.

11.3. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

- b)** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjuntamente com a prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da Licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da Licitante mediante apresentação de certidão emitida pela secretaria competente do Município;
- f)** Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- g)** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.3.1. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.4. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

11.4.1.1. Na hipótese de a licitante se encontrar em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada decisão judicial de homologação do respectivo plano de recuperação, sem prejuízo da demonstração dos demais requisitos de habilitação previstos neste Edital.

11.5. OUTROS DOCUMENTOS:

11.5.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no **item 3.5** deste edital.

11.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora.

11.7. A habilitação da licitante será verificada pelo Pregoeiro por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos e da documentação anexada ao sistema eletrônico pela licitante, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação também poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Câmara Municipal de Pará de Minas, mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (**CRC**), desde que dentro do prazo de validade, na forma prevista na Instrução Normativa nº 003/2019 da Câmara Municipal.

11.9. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no **SICAF** ou no **CRC** ao tempo da consulta pela Administração, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.9.1. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, **02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.9.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.9.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será **inabilitada** e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.10. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.10.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.10.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à **Divisão de Compras e Gestão de Contratos da Câmara Municipal de Pará de Minas, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, nesta cidade de Pará de Minas/MG**, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação, poderá ser admitida,

mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- d) suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

11.11.1. A apresentação de documentos de que trata o **item 11.11** será realizada em observância ao disposto no **item 11.12** e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.12. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no **item 11.11**, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.12.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.12.2. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, **02 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.12.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.12.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os **itens 11.9 e 11.12** no

prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.13. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.13.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.13.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.14. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.15. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar **toda** a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.

11.15.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.15.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.16. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a **180 (cento e oitenta) dias** corridos.

11.16.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência **indeterminado**.

11.17. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes

convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídas eventuais diligências.

XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XIII – DO RECURSO

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até **10 (dez) minutos** do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recorrer**, *sob pena de preclusão*.

13.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado *exclusivamente* por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do **item 13.1** deverá apresentar, em momento único, as **razões recursais**, *exclusivamente* em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**.

13.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o **item 13.1.2**.

13.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, *havendo solicitação nesse sentido*, será assegurada aos licitantes interessados vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Na análise do recurso, a **CÂMARA** poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, se houver, o objeto do presente processo licitatório será **adjudicado e homologado** pelo Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas.

14.2. O resultado do Pregão será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Município de Pará de Minas (<https://diario.parademinas.mg.gov.br/>), bem como no site da Câmara Municipal de Pará de Minas (<http://www.parademinas.mg.leg.br>).

XV – DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

15.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.1.1. O prazo de convocação de que trata o **item 15.1** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, durante seu transcurso, mediante solicitação do licitante vencedor, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela **CÂMARA**.

15.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no **item 15.1**.

15.1.3. A **CÂMARA** poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no **item 15.1**.

15.1.4. Caso o licitante vencedor convocado não realize a assinatura do contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido no **item 15.1**, será *facultado* à Administração convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Por ocasião da assinatura do contrato, a **CÂMARA** verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

XVI – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;
- b)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c)** não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo de licitação;
- e)** fraudar a licitação;
- f)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração pode, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a)** Advertência;
- b)** Multa;
- c)** Impedimento de licitar e contratar e
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientação dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nas alíneas “**a**”, “**b**” e “**c**” do **item 16.1**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do instrumento contratual.

b) Para as infrações previstas nas alíneas “**d**”, “**e**”, “**f**”, “**g**” e “**h**” do **item 16.1**, a multa será de **15% a 30%** do valor do instrumento contratual.

16.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

16.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “**a**”, “**b**” e “**c**” do **item 16.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas previstas nas alíneas “**d**”, “**e**”, “**f**”, “**g**” e “**h**” do **item 16.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “**a**”, “**b**” e “**c**” do **item 16.1** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao responsável, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei e para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, *exclusivamente* pelo e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em campo próprio da plataforma Compras.gov.br para conhecimento de todos os interessados no prazo de **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento, em regra, não suspendem os prazos previstos no certame.

17.3.1. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo licitatório.

17.4. Eventuais modificações no Edital implicarão nova data para a realização do certame na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos de atos e procedimentos originais, **exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas**.

17.5. A Câmara Municipal de Pará de Minas não se responsabilizará por impugnações/esclarecimentos endereçadas erroneamente ou por outras formas, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte do licitante.

18.2. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover **diligências** destinadas a esclarecer, sanar ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos, podendo, também, solicitar, a qualquer tempo, a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.

18.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.4. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.5. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá **suspender** a sessão e marcar nova data para a sua continuidade, intimando todos os participantes a comparecerem.

18.6. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam a **CÂMARA**, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

18.7. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

XIX – DOS ANEXOS

19.1. Constituem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial

Anexo III - Minuta do Contrato

Pará de Minas, 24 de junho de 2026.

Geraldo Magela de Almeida
Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO: Aquisição parcelada de gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel S-10 e ARLA 32 para abastecimento da frota oficial e do gerador de energia da Câmara Municipal de Pará de Minas.

1.2. Especificação detalhada do objeto e quantitativos:

ITEM	QUANTIDADE PARA 60 MESES	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	23.306	Litros	Gasolina Comum	R\$ 6,36	R\$ 148.226,16
2	9.988	Litros	Etanol Hidratado Combustível	R\$ 4,32	R\$ 43.148,16
3	3.780	Litros	Óleo Diesel S-10	R\$ 6,92	R\$ 26.157,60
4	113	Litros	ARLA 32 – Agente Redutor Líquido Automotivo, solução aquosa de ureia utilizada para redução de emissões de óxidos de nitrogênio (Nox)	R\$ 4,30	R\$ 485,90

1.2.1. Valor total estimado da contratação: R\$ 218.107,82 (Duzentos e dezoito mil, cento e sete reais e oitenta e dois centavos).

1.2.2. Todos os produtos, objeto da presente contratação, deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e normas expedidas pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, órgão responsável pela regulamentação e fiscalização dos combustíveis comercializados no território nacional, observando-se ainda a legislação vigente aplicável.

1.3. Natureza do objeto

1.3.1. O objeto desta contratação é caracterizado como **bem comum**, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3.2. O objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Ato da Mesa Diretora nº 05/2023 no âmbito da Câmara Municipal de Pará de Minas.

1.3.3. A presente contratação possui **natureza continuada**, tendo em vista que o fornecimento parcelado de combustíveis (gasolina comum, etanol hidratado, óleo diesel S-10 e ARLA 32) destina-se ao atendimento permanente das necessidades da Câmara Municipal de Pará de Minas, assegurando o abastecimento da frota oficial e do gerador de energia utilizado em situações de emergência. A interrupção do fornecimento poderá comprometer a execução das atividades administrativas, legislativas e institucionais do órgão, bem como a continuidade dos serviços públicos por ele desenvolvidos.

1.4. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação da contratação

1.4.1. O prazo de vigência do contrato será de **60 (sessenta) meses**, contados da data de sua assinatura, admitida a prorrogação sucessiva desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. Legislação aplicável: Para a presente contratação serão observados os ditames da Lei nº 14.133/2021, a Instrução Normativa nº 001/2019 da Câmara Municipal de Pará de Minas, bem como a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, no que couber, conforme permite o art. 187 da Lei nº 14.133/2021 e o Ato da Mesa Diretora nº 01/2024. Aplica-se também a Lei Municipal nº 5.142/2011 e a Lei Complementar 123/2006, bem como as normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP aplicáveis à atividade de revenda, armazenamento, transporte e comercialização de combustíveis automotivos e do insumo ARLA 32.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e dos seus quantitativos encontra-se detalhada nos tópicos 4 e 5 do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. Do Mapa de Riscos: O Mapa de Riscos foi devidamente elaborado, conforme **fl. 29** do processo.

2.3. Da Não Adoção de Cota Reservada para o item 1:

Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível cujo valor estimado seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração Pública deverá estabelecer cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

No presente caso, verifica-se que o **item 1** possui valor total estimado de **R\$ 148.226,16**, ultrapassando, portanto, o limite legal previsto para análise da adoção de cota reservada.

Contudo, considerando as peculiaridades do objeto contratado, entende-se tecnicamente desaconselhável a adoção da referida cota, com fundamento no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, segundo o qual o tratamento diferenciado poderá deixar de ser aplicado quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Ademais, a manutenção do item com adjudicação a fornecedor único favorece ganhos de escala, racionalização administrativa, otimização da fiscalização contratual e redução dos riscos de atrasos, inconsistências no fornecimento ou inexecuções parciais, especialmente diante da natureza parcelada das demandas institucionais.

Dessa forma, conclui-se que a adoção de cota reservada para o **item 1**, mostra-se inadequada no caso concreto, por representar potencial prejuízo ao conjunto do objeto e à eficiência da execução contratual, razão pela qual se opta pela não aplicação da reserva prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2.4. Da inaplicabilidade da licitação exclusiva para os itens 2, 3 e 4:

Embora os valores estimados dos **itens 2, 3 e 4** sejam inferiores ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, não será aplicada a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da incidência das hipóteses previstas no art. 49, incisos II e III, da referida Lei Complementar.

Para fins de avaliação da aplicabilidade do tratamento diferenciado, foi realizado levantamento do mercado fornecedor local, com base na relação de postos de abastecimento disponibilizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, tendo sido analisadas as inscrições cadastrais das empresas identificadas, inclusive quanto ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

O levantamento realizado identificou a existência de apenas três empresas enquadradas como ME/EPP dentre os estabelecimentos aptos ao fornecimento de combustíveis no Município de Pará de Minas/MG. Após contato com as empresas identificadas, uma delas manifestou expressamente desinteresse em participar do certame, enquanto as demais não apresentaram manifestação quanto ao interesse na contratação, circunstâncias que evidenciam a inexistência de número mínimo de fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, sediados localmente e aptos ao atendimento das exigências estabelecidas no instrumento convocatório, nos termos do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, conforme consta às **fls. 45** do processo.

Adicionalmente, considerando as características do objeto, que envolve abastecimento contínuo da frota oficial e do gerador de energia da Câmara Municipal, com necessidade de disponibilidade imediata, localização compatível e estrutura operacional adequada, a aplicação da participação exclusiva poderia comprometer a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, incidindo também a hipótese prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

Dessa forma, considerando os elementos constantes da fase preparatória, especialmente o levantamento de mercado realizado e os documentos que instruem a contratação, justifica-se a não aplicação da participação exclusiva prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 para os itens mencionados.

2.5. Do item 4 (ARLA 32):

A inclusão do fornecimento do produto ARLA 32 na contratação de combustíveis justifica-se pela necessidade de garantir o pleno funcionamento dos veículos movidos a diesel que compõem a frota da Câmara Municipal de Pará de Minas, uma vez que referido agente redutor é indispensável para a operação dos sistemas de controle de emissões presentes nos veículos equipados com tecnologia SCR (Redução Catalítica Seletiva). A ausência do produto pode comprometer o desempenho do veículo, ocasionar restrições operacionais impostas pelo fabricante e até mesmo impedir sua utilização, prejudicando a execução das atividades institucionais do Poder Legislativo.

Durante a fase de levantamento de mercado, verificou-se que os postos de combustíveis da região disponibilizam o ARLA 32 por meio de abastecimento direto em bomba, juntamente com os demais combustíveis automotivos. Ademais, não foram identificados fornecedores locais que disponibilizem o produto em condições distintas do abastecimento realizado nos postos de combustíveis. Tal modalidade apresenta-se como a solução mais eficiente e segura para a Administração, pois permite o fornecimento do ARLA 32 no mesmo local e momento do abastecimento dos veículos, proporcionando maior praticidade operacional, controle do consumo e redução dos custos administrativos relacionados à logística de aquisição e utilização do produto.

Por sua vez, foi afastada a alternativa de aquisição do ARLA 32 em galões para entrega na sede da Câmara Municipal. Além de não existirem servidores com atribuições, treinamento ou capacitação específica para realizar o abastecimento do produto nos veículos, também não há normas internas que autorizem o manuseio de produtos químicos pelos servidores desta Casa Legislativa. Verificou-se, ainda, que eventuais fornecedores sediados em outros municípios, além de não oferecerem a praticidade do abastecimento direto nos veículos, demandariam custos adicionais de transporte, deslocamento ou entrega, tornando a contratação menos vantajosa economicamente. Dessa forma, a contratação do fornecimento de combustíveis e ARLA 32 por meio de abastecimento em bomba mostra-se a alternativa

mais adequada, segura, econômica e compatível com as necessidades operacionais da Câmara Municipal de Pará de Minas.

Por fim, registra-se que a presente licitação será mantida sob a forma de ampla concorrência, uma vez que, conforme já demonstrado nos estudos técnicos e na análise de mercado realizada, não foram identificadas microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) locais com efetivo interesse ou condições de atendimento da demanda nos moldes exigidos pela Administração. Ademais, a eventual restrição da disputa ou a adoção de tratamento diferenciado poderia comprometer a competitividade do certame e reduzir as possibilidades de obtenção da proposta mais vantajosa. Assim, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade, mostra-se adequada a manutenção da licitação em ampla concorrência, assegurando a participação de todos os fornecedores aptos a executar o objeto contratado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, constante nas **fls. 07 e 08** do processo licitatório.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Indicação de marcas ou modelos: Não há indicação de marcas e modelos.

4.2. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, em seu **tópico 7.6**. É vedada a subcontratação do objeto, considerando que a contratação possui natureza comum, baixa complexidade técnica e plena viabilidade de execução por empresa individual regularmente habilitada no ramo pertinente. A restrição busca assegurar maior controle da execução contratual, eficiência na fiscalização e padronização do fornecimento dos combustíveis e do insumo ARLA 32, reduzindo riscos operacionais, administrativos e logísticos que possam comprometer a continuidade e a regularidade do abastecimento.

4.3. Sustentabilidade: Os critérios de sustentabilidade aplicáveis a esta contratação estão detalhados no Estudo Técnico Preliminar, devendo ser integralmente observados pela Contratada como condição obrigatória para a execução do objeto.

4.4. Garantia da Contratação: Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

4.5. Vedação à participação de empresas em consórcio: Não será permitida a participação de consórcios na licitação, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar, em seu **tópico 7.6**, visando simplificar o processo, reduzir a burocracia e facilitar a análise das propostas. A restrição busca assegurar maior controle da execução contratual, eficiência na fiscalização e

padronização do fornecimento dos combustíveis e do insumo ARLA 32, reduzindo riscos operacionais, administrativos e logísticos que possam comprometer a continuidade e a regularidade do abastecimento. A vedação à formação de consórcio justifica-se, ainda, pela inexistência de necessidade de conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras entre empresas para atendimento do objeto, evitando-se complexidade desnecessária na gestão contratual e preservando-se os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.6. Justificativa pela não utilização do catálogo eletrônico de padronização: Até o presente momento, a Câmara Municipal não possui catálogo próprio, assim sendo, conforme autoriza o art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adota-se o catálogo do Poder Executivo Federal. A Portaria SEGES/ME nº 938/2022 instituiu, no âmbito do Poder Executivo Federal, o catálogo eletrônico de padronização, o qual recomenda-se consultar para verificar se a contratação almejada está contemplada em seus termos. Em existindo padronização aprovada, ela deve ser considerada e eventual não-uso justificado, nos termos do §2º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021. Em consulta ao link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo federal, não foi encontrado o objeto/serviço desta contratação. Verifica-se que, até o momento, apenas foi disponibilizado para consulta os bens água mineral natural sem gás, café e açúcar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO:

5.1. FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (ITENS 1, 2 E 3) E ARLA 32 (ITEM 4) PARA ATENDIMENTO DA FROTA OFICIAL – ABASTECIMENTO EM BOMBAS

Local, horários e condições de fornecimento:

5.1.1. Os produtos objeto da contratação, compreendendo gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel S-10 e ARLA 32 – Agente Redutor Líquido Automotivo, destinados ao atendimento das necessidades da frota oficial da Câmara Municipal, deverão ser fornecidos em posto de abastecimento **localizado no município de Pará de Minas-MG**, garantindo a disponibilidade, a agilidade no atendimento e a eficiência operacional da Administração.

5.1.2. O ARLA 32 será destinado exclusivamente aos veículos da frota oficial movidos a diesel que utilizem sistema compatível com o produto.

5.1.3. O posto de abastecimento deve operar, no mínimo, das 6h às 22h, incluindo fins de semana e feriados, de modo a assegurar a disponibilidade necessária ao atendimento das atividades da Câmara Municipal.



5.1.4. O abastecimento dos veículos oficiais deverá ser realizado exclusivamente pela Contratada, por meio de seus prepostos, utilizando bombas próprias, mediante fornecimento diretamente nos tanques dos veículos.

Forma de fornecimento e controle de abastecimento:

5.1.5. O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante apresentação de **Autorização de Abastecimento**, emitida pela Contratante.

5.1.6. A Autorização de Abastecimento deverá conter, conforme aplicável, a identificação do veículo oficial a ser abastecido, o tipo de combustível ou produto fornecido, a quantidade de litros autorizada, o valor, a data, a assinatura do emitente e do condutor, o campo para o cupom fiscal e a quilometragem do veículo, garantindo controle rigoroso sobre cada operação.

5.1.7. Os produtos serão fornecidos de forma **parcelada**, até o limite dos quantitativos contratados, durante o período de vigência contratual de 60 (sessenta) meses, conforme a demanda da Administração.

5.1.8. A Contratada deverá fornecer os produtos nas quantidades e condições solicitadas pela Contratante, atendendo de forma imediata e conforme a demanda, observadas as Autorizações de Abastecimento emitidas e as especificações previstas neste Termo.

5.1.9. É vedado o abastecimento de veículos que não pertençam à Câmara Municipal ou que não estejam devidamente autorizados por meio da Autorização de Fornecimento.

5.1.10. O quantitativo estimado de óleo diesel S-10 poderá ser utilizado tanto para abastecimento da frota oficial, mediante abastecimento em bomba, quanto para fornecimento destinado ao gerador de energia da Câmara Municipal, mediante entrega na sede da Contratante, conforme necessidade administrativa e condições previstas no **item 5.2.**

5.1.11. Do Recibo: Após cada abastecimento, conforme a "Autorização de Abastecimento," a Contratada deverá disponibilizar ao motorista do veículo recibo/comprovante, contendo, *no mínimo*:

- a) identificação do produto fornecido;
- b) quantidade de litros;
- c) preço unitário e total do abastecimento;
- d) placa do veículo abastecido;
- e) data do abastecimento;
- f) nome e assinatura do motorista e do vendedor responsável pelo abastecimento.

5.1.12. Do Relatório Mensal: A Contratada deverá emitir **relatórios mensais**, contendo todas as informações relativas aos fornecimentos realizados, incluindo: produto fornecido, quantidade de litros abastecidos/fornecidos, valores unitário e total, placa do veículo, quilometragem registrada no momento do abastecimento, data do abastecimento ou fornecimento, bem como os responsáveis envolvidos na operação (motorista e vendedor).

5.1.13.1. O relatório deverá contemplar também o fornecimento de óleo diesel S-10 destinado ao gerador de energia, nos moldes previstos no **item 5.2** deste Termo.

5.2. FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S10 (ITEM 3) PARA O GERADOR – ENTREGA NA SEDE DA CÂMARA

5.2.1. Local de Entrega: O óleo diesel S10 destinado ao gerador de emergência deverá ser entregue diretamente na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, Pará de Minas, sempre que houver Ordem de Fornecimento, facilitando o acesso e garantindo o abastecimento imediato em situações críticas.

5.2.2. Quantidades e Forma de Abastecimento: A entrega será realizada de forma parcelada, conforme a necessidade e mediante a apresentação de uma Ordem de Fornecimento emitida pela Contratante, que conterá a especificação da quantidade de produto a ser entregue em cada pedido.

5.2.3. Vasilhame em Comodato: A Contratada deverá entregar o óleo diesel S10 em vasilhames apropriados para armazenamento temporário, que permanecerão em regime de comodato gratuito na Câmara Municipal de Pará de Minas, até o consumo completo ou a próxima reposição. Esses recipientes deverão estar em total conformidade com as normas técnicas de segurança e armazenamento, garantindo que o combustível esteja devidamente armazenado em estoque até sua utilização.

5.2.4. Prazo de Entrega: A entrega do óleo diesel S10 deverá ocorrer no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após cada solicitação, de forma a assegurar que o gerador esteja sempre pronto para operação em situações de emergência e garantindo a continuidade das operações administrativas da Câmara Municipal.

5.3. Qualidade dos produtos: Os combustíveis/produtos fornecidos devem estar em conformidade com as especificações regulamentares e atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

5.4. A Contratada é responsável pela verificação contínua da qualidade, assegurando que o combustível/produto esteja adequado para o uso em veículos e equipamentos oficiais.

5.4.1. A Contratante poderá, a qualquer tempo, coletar amostras dos produtos fornecidos para realização de testes de qualidade, às expensas da Contratada, caso haja indícios de desconformidade com as especificações da ANP.

5.4.2. A Contratada responderá integralmente pelos danos causados aos veículos, equipamentos ou ao gerador da Câmara Municipal em decorrência do fornecimento de combustível em desconformidade com as normas da ANP.

5.5. A Contratante reserva-se o direito de promover alterações quantitativas no objeto contratado, para acréscimos ou supressões, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, observado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.6. As requisições deverão ser atendidas pela Contratada, independentemente de greves ou paralisações em quaisquer categorias profissionais relacionadas ao fornecimento, garantindo o abastecimento à Câmara Municipal, sem discriminação em relação aos demais consumidores.

5.7. Penalidades por atraso ou não conformidade: A Câmara Municipal não aceitará o fornecimento com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes.

5.7.1. A Contratada deverá efetuar as correções ou substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

5.8. Impossibilidade de execução no prazo: Em caso de impossibilidade de fornecimento no prazo estipulado, a Contratada deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível.

5.8.1. O impedimento de execução, por fato ou ato de terceiros, deverá ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência, podendo a justificativa ser aceita ou não. Caso não seja aceita, a Contratada incorrerá nas sanções previstas neste Termo de Referência e na Lei 14.133/2021.

5.9. Da estrutura operacional para execução contratual:

5.9.1. Conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, considerando a natureza específica do objeto, que envolve fornecimento parcelado e contínuo de combustíveis e ARLA 32, com necessidade de atendimento tempestivo das demandas da Câmara Municipal, a futura contratada **deverá dispor, durante toda a execução contratual, de estrutura operacional adequada (posto de abastecimento) localizada no Município de Pará de Minas/MG.**

5.9.2. A exigência justifica-se pela necessidade de assegurar a eficiência operacional do abastecimento da frota oficial, evitando deslocamentos excessivos, reduzindo custos operacionais, tempo de atendimento e consumo desnecessário de combustível, além de garantir a disponibilidade imediata dos veículos oficiais e o atendimento das demandas relacionadas ao gerador de energia em situações emergenciais.

5.9.3. A limitação geográfica mostra-se compatível com as características do objeto e com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, considerando que a localização da estrutura de abastecimento possui impacto direto na execução contratual. Ressalta-se que a exigência não configura direcionamento ou restrição indevida à competitividade, conforme levantamento de mercado realizado na fase preparatória, que identificou a existência de fornecedores aptos ao atendimento das condições estabelecidas no instrumento convocatório. Ademais, a adoção dessa sistemática decorre também da experiência administrativa acumulada em contratações anteriores, nas quais a proximidade da estrutura de abastecimento demonstrou-se adequada ao atendimento das necessidades operacionais da Câmara Municipal.

5.9.4. A comprovação da disponibilidade da estrutura operacional prevista neste item deverá ser apresentada pela licitante vencedora previamente à assinatura do contrato, mediante documentação hábil que demonstre a existência de posto de abastecimento localizado no município de Pará de Minas, apto ao fornecimento dos produtos contratados, sendo vedada a subcontratação do objeto, conforme **item 4.2.**

5.9.5. A ausência de comprovação da disponibilidade da estrutura operacional no prazo estabelecido pela Administração poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive quanto à impossibilidade de formalização contratual, convocação subsequente de licitante remanescente, quando aplicável, e aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre Câmara e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá como responsáveis:

6.3.1. GESTOR DO CONTRATO: José Carlos Moreira Júnior - Chefe da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, conforme art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023.

6.3.2. FISCAL DO CONTRATO: Silvio Mizerani Rios Júnior, Diretor Administrativo, conforme Portaria nº 13/2025.

6.3.3. Na ausência dos servidores, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição aos referidos cargos.

6.4. Compete ao Gestor do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, a administração do contrato e, nos termos do art. 8º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I.** orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- II.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, caso necessário, em relatório de riscos eventuais;
- IV.** coordenar a atuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais;
- V.** comunicar ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- VI.** coordenar os atos preparatórios relativos à instrução processual e proceder à formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- VII.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão designada especialmente para esse fim.

6.5. Compete aos Fiscais do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, exercer a verificação concreta do objeto e, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I.** prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências;
- II.** anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III.** emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- IV.** informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- V.** comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- VI.** fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;
- VII.** realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato, nos termos das disposições editalícias e/ou contratuais;
- VIII.** manifestar, quando for o caso, a intenção de renovação ou prorrogação contratual, após a comunicação do gestor sobre o término de contrato sob sua responsabilidade.

6.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Recebimento do Objeto:

7.1. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O **recebimento definitivo** do objeto será realizado após a análise e conferência da nota fiscal e dos relatórios detalhados de abastecimento, que deverão comprovar a conformidade com os termos contratuais e as especificações técnicas exigidas.

7.2.1. A Administração terá o prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da documentação fiscal e dos relatórios, para concluir a verificação e formalizar a aceitação definitiva do objeto, assegurando que os requisitos contratuais foram plenamente atendidos.

7.2.2. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser *excepcionalmente* prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.3. Na hipótese de o recebimento definitivo não ser procedido dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se no dia do esgotamento do prazo.

7.3. Os produtos poderão ser **rejeitados, no todo ou em parte**, durante o recebimento provisório ou definitivo, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser **substituídos no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação e Pagamento

7.7. O pagamento será efetuado *mensalmente*, conforme os quantitativos adquiridos no mês anterior. Em todos os casos, uma vez recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, acompanhados do relatório, **e após a conferência e aprovação mencionadas no item 7.3**, iniciará o prazo de até **5 (cinco) dias úteis** para a liquidação e pagamento, prorrogáveis por igual período, se necessário.

7.8. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com a descrição clara do objeto do contrato, data da emissão, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis e demais informações necessárias.

7.9. Havendo erro/inconsistência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, não respondendo a Câmara por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

7.10. A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida durante a vigência do contrato.

7.10.1. Constatada situação de irregularidade fiscal e trabalhista da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já efetuado, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

7.10.2. O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

7.11. O pagamento será efetuado de acordo com a Autorização de Fornecimento, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária indicada pela Contratada.

7.12. No caso de eventual atraso de pagamento pela Contratante, e mediante pedido da Contratada, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

7.13. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

Retenções Tributárias

7.14. Sobre o valor devido ao contratado, a Câmara efetuará as **retenções tributárias cabíveis**.

7.14.1. Em observância ao Decreto Municipal nº 13.047/2023, **a contratante procederá à retenção do Imposto de Renda ao efetuar o pagamento referente a qualquer bem ou serviço contratado**, conforme disposto na Lei Federal nº 9.430/1996, combinada com o teor da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, de acordo com as alíquotas estabelecidas nestes normativos.

7.15.1.1. O valor bruto da contratação e os valores de Imposto de Renda a serem retidos na operação **deverão ser informados** nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança que contenham códigos de barras, sob pena de devolução do documento para correção.

7.15.1.2. O pagamento será efetuado pela contratante pelo valor deduzido da respectiva retenção.

7.14.2. Caso a contratada esteja enquadrada dentre as hipóteses em que não haverá retenção, previstas no art. 4º da **Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal**, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Reajuste

7.15. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado (02/06/2026).

7.16. Após o interregno de um ano, e independente de solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.17. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.18. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.19. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.20. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.21. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.22. O reajuste será realizado por apostilamento.

Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato

7.23. Caso seja necessário restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato devido a eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ou em decorrência de fatores imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução do contrato conforme pactuado, poderá ser solicitada uma revisão de preços dos combustíveis durante a vigência contratual. Essa revisão deverá respeitar a repartição objetiva de riscos estabelecida no contrato e será realizada em conformidade com o inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/21, alínea “d”, e de acordo com as regras que se seguem.

7.24. A revisão poderá ser solicitada tanto pela Administração Contratante quanto pela Empresa Contratada.

7.25. O contrato poderá ser alterado de acordo com o preço por litro da refinaria/usina produtora e/ou distribuidora, utilizando a seguinte fórmula:

IDENTIFICANDO PL

$$PL = \frac{(VP - 1)}{VC} \times 100 \text{ onde:}$$

PL = Percentual de lucratividade

VC = Valor de compra na refinaria/usina produtora e/ou distribuidora conforme apresentação da última nota fiscal anterior à data da sessão pública, quando da solicitação da revisão

VP = Valor da proposta vencedora

IDENTIFICANDO PA ATUAL

$$PA = \frac{(VV - 1)}{VN} \times 100 \text{ onde:}$$

PA = Percentual de lucratividade atual

VN = Valor novo de compra na refinaria/usina produtora e/ou distribuidora conforme última nota fiscal atual

VV = Valor do preço vigente

EQUAÇÃO PARA DEFINIR SE O PREÇO PODE SER REVISADO

$$PR = 0,6 \times PL \text{ onde:}$$

PR = Percentual para revisão
PL = Percentual de lucratividade

APURANDO O PREÇO REVISADO

$NP = VN \times \left(1 + \frac{PL}{100}\right)$ onde:

NP = Novo Preço Revisado

VN = Valor novo de compra da refinaria/usina produtora e/ou distribuidora conforme última nota fiscal atual

PL = Percentual de lucratividade

7.26. A fórmula acima descrita será aplicada exclusivamente nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro de combustível (**gasolina, etanol e diesel**).

7.27. Havendo necessidade de mais de uma revisão de preço de combustível, será adotado o mesmo procedimento descrito.

7.28. O novo preço da refinaria/usina produtora e/ou distribuidora será comprovado por meio da apresentação da última nota fiscal emitida a favor do contratado, com data anterior ao pedido de revisão.

7.29. Para efeito dos cálculos, considerar-se-á o valor com quatro casas decimais, com arredondamento.

7.30. Para que se proceda à revisão prevista deve ficar comprovado o comprometimento de mais de **40% (quarenta por cento)** do coeficiente de alteração.

7.31. Caso a revisão de preços seja solicitada pela Administração, a empresa contratada deverá aceitar a redução, desde que sejam comprovados o cumprimento e a adequação aos requisitos estabelecidos para essa medida.

7.32. Havendo legislação específica ou alteração da que rege a matéria, esta cláusula será revista e adequada.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Exigências e habilitação

8.2. A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e a qualificação econômico-financeira será definida no Edital.

Habilitação técnica

8.3. Não será exigida habilitação técnica.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

9.1. Obrigações da Contratada:

9.1.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do Contrato;

9.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela contratante, em estrita observância às especificações contidas neste Termo e no Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

9.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Comunicar ao Fiscal do Contrato sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o correto fornecimento do produto;

9.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;

9.1.8. Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir acerca de questões relativas ao contrato, bem como para atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato da Câmara, principalmente em situações de urgência, com base em contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

9.1.9. Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do gestor/fiscal de contrato da Câmara com a Contratada, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;

9.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

9.1.11. Providenciar, de imediato, a correção das deficiências apontadas pelo gestor/fiscal de contrato da Câmara com respeito à execução do objeto;

9.1.12. Providenciar a imediata substituição dos produtos que apresentarem vícios, defeitos, adulteração ou desconformidade com as especificações da ANP e deste Termo de Referência.

9.1.13. Indenizar a Câmara por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

9.1.14. Cumprir os prazos previstos no contrato/instrumento equivalente ou outros que venham a ser fixados pela Câmara.

9.1.15. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

9.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.17. Devolver à Contratante os valores integralmente pagos, caso não haja execução do objeto no prazo contratual (Orientação Normativa AGU 76/2023).

9.2. Obrigações da Contratante:

9.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações contidas neste Termo e no Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.2. Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;

9.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada em relação ao objeto do Contrato;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada;

9.2.6. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência;

9.2.7. Proporcionar acesso às instalações da Câmara quando necessário para a entrega dos produtos contratados;

9.2.8. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Termo de Referência;

9.2.9. Verificar a regularidade fiscal e recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar cada pagamento;

9.2.10. Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

9.2.11. Verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas **antes** de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato;

9.2.12. Emitir, de forma explícita, no prazo de até **1 (um) mês**, contado da data do protocolo, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021;

9.2.13. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.

10. SANÇÕES APLICÁVEIS:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão **aplicadas** ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes:

10.2.1. advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

10.2.4. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias

10.2.5. Multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução parcial do contrato;

10.2.6. Multa rescisória de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total do contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do art. 393 do Código Civil.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Da pesquisa de preços no mercado:

11.1. Para a realização da pesquisa de preços, foram utilizados os parâmetros estabelecidos no §1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/21, bem como a Instrução Normativa nº 01/2019 da Câmara Municipal de Pará de Minas.

11.2. Em cumprimento ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea i da Lei 14.133/2021, o custo total estimado da contratação, acompanhado dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos constam do **Documento de Formalização da Pesquisa de Preço, conforme folhas 42 e 97 do processo.**

Do critério de aceitabilidade de preços:

11.3. O preço estimado, corresponde ao **máximo** que a Câmara se dispõe a pagar, de forma que propostas com valores superiores serão desclassificadas.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

01.001.01.031.0001.4010 – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, LUBRIFICANTES, AUTOMOTIVOS, VEÍCULO OFICIAL E OUTRAS FINALIDADES

Elemento / Ficha

33.90.30.00.23 – Material de Consumo

Subelemento:

3.3.90.30.01 – Combustíveis automotivos

Subelemento:

3.3.90.30.03 – Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades (óleo diesel gerador)

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Pará de Minas, 19 de maio de 2026.

Silvio Mizerani Rios Júnior
Diretor Administrativo

ANEXO II – MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24 / 2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09 / 2026

Objeto: Aquisição parcelada de gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel S-10 e ARLA 32 para abastecimento da frota oficial e do gerador de energia da Câmara Municipal de Pará de Minas.

DADOS DA EMPRESA
Nome:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone com DDD:
E-mail:
Dados bancários:

Em atendimento ao Edital do Pregão acima mencionado, apresentamos a seguinte proposta de preços:

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XX					
VALOR GLOBAL:				R\$	

- O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico e nesta proposta incluem todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para entrega do objeto na Câmara Municipal de Pará de Minas – MG.

- **DECLARAMOS** que o(s) item(ns) constante(s) desta proposta corresponde(m) exatamente às especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital), às quais aderimos formalmente.

- **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nome:
Cargo:
CPF/RG:
OBS.: O signatário deve possuir poderes de administração estabelecidos em contrato social e/ou possuir procuração com poderes para assinar contratos em nome da empresa. A documentação comprobatória deverá ser encaminhada quando da assinatura do contrato.

[Local], _____, de _____ de 2026.

[Assinatura do representante legal da empresa]

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX / 2026

Contrato Administrativo nº XX/2026, que fazem entre si a Câmara Municipal de Pará de Minas e a empresa XXXX.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.931.994/0001-77, com sede na cidade de Pará de Minas/MG, na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, CEP nº 35.661-044, neste ato representada por seu Presidente, Vereador **GERALDO MAGELA DE ALMEIDA**, portador da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, portador da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Pregão Eletrônico nº 09/2026**, oriundo do **Processo de Compra nº 24/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição parcelada de combustíveis para abastecimento da frota oficial e/ou do gerador de energia da Câmara Municipal de Pará de Minas, correspondente ao(s) item(ns) [indicar os **itens** adjudicados à **CONTRATADA**], conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência (**Anexo I** do Edital) e na proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

1.2. Da especificação do objeto:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
xx	xx	Litros	xx		

1.3. A execução do objeto contratado ocorrerá de forma **parcelada**, conforme a necessidade da **CONTRATANTE**, durante o período de vigência contratual, mediante as solicitações de fornecimento/abastecimento emitidas nos termos estabelecidos neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Este Contrato vincula-se ao **Pregão Eletrônico nº 09/2026**, oriundo do **Processo de Compra nº 24/2026**, ao Termo de Referência e seus anexos, à proposta comercial da

CONTRATADA, às Solicitações de Fornecimento, Notas de Empenho e demais documentos que compõem o processo mencionado que, *independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.*

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A Câmara Municipal pagará a quantia **total** de **R\$ _____**, pela aquisição do objeto, sendo o empenho e o pagamento efetuados de acordo com cada Solicitação de Fornecimento emitida.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO

4.1. A execução do objeto contratual observará, em sua integralidade, as disposições consignadas no **Termo de Referência**, que integram o presente instrumento, com ênfase no **item 5**, que disciplina o modelo de execução do objeto.

4.2. O fornecimento deverá ocorrer em estrita conformidade com as especificações técnicas, prazos, condições operacionais e parâmetros de qualidade ali estabelecidos, sendo tais documentos parte indissociável do presente Contrato, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre Câmara e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. Este contrato terá como responsáveis:

5.4.1. GESTOR DO CONTRATO: José Carlos Moreira Júnior - Chefe da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, conforme art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023.

5.4.2. FISCAL DO CONTRATO: Silvio Mizerani Rios Júnior, Diretor Administrativo, conforme Portaria nº 13/2025.

5.5. Compete ao Gestor do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, a administração do contrato e, nos termos do art. 8º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I. orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, caso necessário, em relatório de riscos eventuais;
- IV. coordenar a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais;
- V. comunicar ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- VI. coordenar os atos preparatórios relativos à instrução processual e proceder à formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- VII. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão designada especialmente para esse fim.

5.6. Compete ao Fiscal do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, exercer a verificação concreta do objeto e, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências;

- II. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - III. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
 - IV. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
 - V. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
 - VI. fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;
 - VII. realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato, nos termos das disposições editalícias e/ou contratuais;
 - VIII. manifestar, quando for o caso, a intenção de renovação ou prorrogação contratual, após a comunicação do gestor sobre o término de contrato sob sua responsabilidade.
- 5.7. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto:

6.1. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. O recebimento definitivo do objeto será realizado após a análise e conferência da nota fiscal e dos relatórios detalhados de abastecimento, que deverão comprovar a conformidade com os termos contratuais e as especificações técnicas exigidas.

6.2.1. A Administração terá o prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da documentação fiscal e dos relatórios, para concluir a verificação e formalizar a aceitação definitiva do objeto, assegurando que os requisitos contratuais foram plenamente atendidos.

6.2.2. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.2.3. Na hipótese de o recebimento definitivo não ser procedido dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se no dia do esgotamento do prazo.

6.3. Os produtos poderão ser **rejeitados, no todo ou em parte**, durante o recebimento provisório ou definitivo, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser **substituídos no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação e Pagamento:

6.7. O pagamento será efetuado **mensalmente**, conforme os quantitativos adquiridos no mês anterior. Em todos os casos, uma vez recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, acompanhados do relatório, e **após a conferência e aprovação mencionadas no item 6.3**, iniciará o prazo de até **5 (cinco) dias úteis** para a liquidação e pagamento, prorrogáveis por igual período, se necessário.

6.8. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com a descrição clara do objeto do contrato, data da emissão, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis e demais informações necessárias.

6.9. Havendo erro/inconsistência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, não respondendo a Câmara por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

6.10. A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida durante a vigência do contrato.

6.10.1. Constatada situação de irregularidade fiscal e trabalhista da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já efetuado, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

6.10.2. O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

6.11. O pagamento será efetuado de acordo com a Autorização de Fornecimento, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária indicada pela Contratada.

6.12. No caso de eventual atraso de pagamento pela Contratante, e mediante pedido da Contratada, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

6.13. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

Retenções Tributárias:

6.14. Sobre o valor devido ao contratado, a Câmara efetuará as **retenções tributárias cabíveis**.

6.14.1. Em observância ao Decreto Municipal nº 13.047/2023, **a contratante procederá à retenção do Imposto de Renda ao efetuar o pagamento referente a qualquer bem ou serviço contratado**, conforme disposto na Lei Federal nº 9.430/1996, combinada com o

teor da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, de acordo com as alíquotas estabelecidas nestes normativos.

6.14.2. O valor bruto da contratação e os valores de Imposto de Renda a serem retidos na operação **deverão ser informados** nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em **quaisquer** outros documentos de cobrança que contenham códigos de barras, sob pena de devolução do documento para correção.

6.14.3. O pagamento será efetuado pela contratante pelo valor deduzido da respectiva retenção.

6.15. Caso a contratada esteja enquadrada dentre as hipóteses em que não haverá retenção, previstas no art. 4º da **Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal**, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são **fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano**, contado da data do orçamento estimado, que se deu em **02/06/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independente de solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato

7.9. Caso seja necessário restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato devido a eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ou em decorrência de fatores imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução do contrato conforme pactuado, poderá ser solicitada uma revisão de preços dos combustíveis durante a vigência contratual. Essa revisão deverá respeitar a repartição objetiva de riscos estabelecida no contrato e será realizada em conformidade com o inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/21, alínea “d”, e de acordo com as regras que se seguem.

7.10. A revisão poderá ser solicitada tanto pela Administração Contratante quanto pela Empresa Contratada.

7.11. O contrato poderá ser alterado de acordo com o preço por litro da refinaria/ usina produtora e/ou distribuidora, utilizando a seguinte fórmula:

IDENTIFICANDO PL

$$PL = \frac{(VP - 1)}{VC} \times 100 \text{ onde:}$$

PL = Percentual de lucratividade

VC = Valor de compra na refinaria/usina produtora e/ou distribuidora conforme apresentação da última nota fiscal anterior à data da sessão pública, quando da solicitação da revisão

VP = Valor da proposta vencedora

IDENTIFICANDO PA ATUAL

$$PA = \frac{(VV - 1)}{VN} \times 100 \text{ onde:}$$

PA = Percentual de lucratividade atual

VN = Valor novo de compra na refinaria/usina produtora e/ou distribuidora conforme última nota fiscal atual

VV = Valor do preço vigente

EQUAÇÃO PARA DEFINIR SE O PREÇO PODE SER REVISADO

$$PR = 0,6 \times PL \text{ onde:}$$

PR = Percentual para revisão

PL = Percentual de lucratividade

APURANDO O PREÇO REVISADO

$$NP = VN \times \left(1 + \frac{PL}{100}\right) \text{ onde:}$$

NP = Novo Preço Revisado

VN = Valor novo de compra da refinaria/usina produtora e/ou distribuidora conforme última nota fiscal atual

PL = Percentual de lucratividade

7.12. A fórmula acima descrita será aplicada exclusivamente nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro de combustível (**gasolina, etanol e diesel**).

7.13. Havendo necessidade de mais de uma revisão de preço de combustível, será adotado o mesmo procedimento descrito.

7.14. O novo preço da refinaria/usina produtora e/ou distribuidora será comprovado por meio da apresentação da última nota fiscal emitida a favor do contratado, com data anterior ao pedido de revisão.

7.15. Para efeito dos cálculos, considerar-se-á o valor com apenas duas casas decimais, com arredondamento.

7.16. Para que se proceda à revisão prevista deve ficar comprovado o comprometimento de mais de **40% (quarenta por cento)** do coeficiente de alteração.

7.17. Caso a revisão de preços seja solicitada pela Administração, a empresa contratada deverá aceitar a redução, desde que sejam comprovados o cumprimento e a adequação aos requisitos estabelecidos para essa medida.

7.18. Havendo legislação específica ou alteração da que rege a matéria, esta cláusula será revista e adequada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Obrigações da Contratada:

8.1.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do Contrato;

8.1.2. **Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições**, no prazo e local indicados pela contratante, em estrita observância às especificações contidas neste Termo e no Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

8.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Comunicar ao Fiscal do Contrato sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o correto fornecimento do produto;

8.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;

8.1.8. Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir acerca de questões relativas ao contrato, bem como para atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato da Câmara, principalmente em situações de urgência, com base em contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

8.1.9. Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do gestor/fiscal de contrato da Câmara com a Contratada, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;

8.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

8.1.11. Providenciar, de imediato, a correção das deficiências apontadas pelo gestor/fiscal de contrato da Câmara com respeito à execução do objeto;

8.1.12. Providenciar a imediata substituição dos produtos que apresentarem vícios, defeitos, adulteração ou desconformidade com as especificações da ANP e do Termo de Referência.

8.1.13. Indenizar a Câmara por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

8.1.14. Cumprir os prazos previstos no contrato/instrumento equivalente ou outros que venham a ser fixados pela Câmara.

8.1.15. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

8.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.17. Devolver à Contratante os valores integralmente pagos, caso não haja execução do objeto no prazo contratual (Orientação Normativa AGU 76/2023);

8.2. Obrigações da Contratante:

8.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações contidas neste Termo e no Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.2.2. Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;

8.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada em relação ao objeto do Contrato;

8.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada;

8.2.6. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos no Termo de Referência;

8.2.7. Proporcionar acesso às instalações da Câmara quando necessário para a entrega dos produtos contratados;

8.2.8. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Termo de Referência;

8.2.9. Verificar a regularidade fiscal e recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar cada pagamento;

8.2.10. Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

8.2.11. Verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato;

8.2.12. Emitir, de forma explícita, no prazo de até 1 (um) mês, contado da data do protocolo, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.13. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

9.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

9.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o **CONTRATANTE**, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

9.5. A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

9.6. A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE** em até **24 (vinte e quatro) horas** qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de

tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Serão consideradas infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado e aceito pela Contratante;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto;
- f) praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

- d) **multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **45 (quarenta e cinco) dias**;
- e) **multa rescisória de 20% (vinte por cento)** sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução parcial do contrato;
- f) **multa rescisória de 30% (trinta por cento)** sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total do contrato;

10.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do art. 393 do Código Civil.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

11.1. O prazo de vigência do contrato será de **60 (sessenta) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

11.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

11.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

11.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

11.2.4. Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;

11.2.5. Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação; e

11.2.6. Seja consultado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

11.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

11.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

11.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

11.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, conforme art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Pará de Minas para o presente exercício

financeiro, na dotação abaixo discriminada:

01.001.01.031.0001.4010 – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, LUBRIFICANTES, AUTOMOTIVOS, VEÍCULO OFICIAL E OUTRAS FINALIDADES

Elemento / Ficha

33.90.30.00.23 – Material de Consumo

Subelemento:

3.3.90.30.01 – Combustíveis automotivos

Subelemento:

3.3.90.30.03 – Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades (óleo diesel gerador)

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem sítio oficial da Câmara Municipal, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011.

16.2. O contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em **20 (vinte) dias úteis**, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso I do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Pará de Minas, ____ de _____ de 2026.

Presidente Câmara Municipal de Pará de Minas

Representante legal da Contratada